

ECONOMIA SOLIDÁRIA E ANÁLISE ECONÔMICA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PARA O CASO DA COOPERATIVA DE PANIFICADOS DOM JOSÉ GOMES

Raquel da Silva
Universidade Comunitária da Região de Chapecó
E-mail: rakysilva@unochapeco.edu.br

Deise Maria Bourscheidt
Universidade Comunitária da Região de Chapecó
E-mail: deiseeconomia@unochapeco.edu.br

Liro Sebaldo Wickert
Universidade Comunitária da Região de Chapecó
E-mail: liro@unochapeco.edu.br

Resumo

A Economia Solidária consiste em uma forma de organização alternativa ao modo capitalista de produção, sendo que os participantes desse tipo de empreendimento trabalham com base na autogestão. Ela vem se expandindo a partir da década de 1990, dando a origem às associações e cooperativas, que visam se organizar de modo alternativo ao modo capitalista de produção, trabalhando de forma cooperada, solidária e sob os preceitos da sustentabilidade. Mesmo não tendo como objetivo principal o lucro, a importância da análise econômica neste tipo de empreendimento deve ser considerada, pois as divergências em decorrência de problemas financeiros costumam ser um entrave para a boa convivência dos grupos. O destino dos rendimentos provenientes da atividade deve ser discutido de maneira conjunta pelo grupo e estes podem ser distribuídos entre os componentes do grupo ou então reinvestidos, no intuito de melhorar a qualidade de vida no trabalho. Neste contexto, este estudo objetivou destacar a importância da análise econômica em empreendimentos solidários, como forma de aumentar o rendimento, a transparência e minimizar problemas junto aos associados ou cooperativados. Deste modo, foi realizado um estudo de caso da Panificadora Dom José Gomes e observou-se muitas fragilidades no controle financeiro da empresa o que auxiliou na dissolução da entidade. O fato de a panificadora não ser a principal fonte de geração de renda da maioria dos associados acabou relegando o controle de gastos a segundo plano, o que se tornou um empecilho à viabilidade do empreendimento, não apenas pela falta de dinheiro que acabou se tornando um problema, mas também pelas divergências que decorreram em função da falta de transparência nas informações.

Palavras-chave: economia solidária, análise econômica, transparência.

Introdução

A economia solidária tem como característica a reorganização do mercado de trabalho, diferenciando-se da forma de organização capitalista de produção, proporcionando

emancipação e sustentabilidade, condenando o fluxo organizacional das indústrias no processo de poder em dominar as pessoas. Seus princípios gerais são: a valorização social do trabalho humano, satisfação plena das necessidades de todos, como elemento principal da criatividade tecnológica e da atividade econômica, busca de uma relação de troca respeitosa com a natureza e o direito à liberdade individual, resultado disso, uma única classe (SINGER, 2000).

O problema do sistema capitalista não é o lucro em si e sim o fato de ser substancialmente pouco lucrativo para a maioria das pessoas (WHITE, 1977), ratificando o crescimento contínuo da produção e não se importando com o contexto social no qual as pessoas estão inseridas.

Discordando deste modo de produção, a massa excluída pelo processo capitalista, reúne forças, retificando as atividades de trabalho não apenas para constituir renda, mas para inserir-se no meio econômico e social de hoje. Desta forma, amplia-se o número de cooperativas e associações existentes, formada por indivíduos que procuram inserir-se no mercado de trabalho, buscando uma saída para a miséria. O modo de organização destas entidades denomina-se economia solidária, uma nova forma de produzir, colher e vender (KRAYCHETE, 2006).

A economia solidária vem conquistando seu espaço em nível mundial, nacional e regional apresentando-se como uma forma de lutar para a sobrevivência, superando os obstáculos promovidos pelo capitalismo. A corrente que defende este tipo de empreendimento é formada por entidades que acreditam em uma economia justa e igualitária.

Para que esse processo não seja corrompido por fatores externos da sociedade, surgem entidades que acompanham e capacitam esses empreendimentos, realizando uma forma de troca de conhecimento para que os mesmos tenham espaços para se expandir.

O presente trabalho introduz a discussão da análise econômica para empreendimentos solidários, mostrando a importância deste estudo como forma de delinear o andamento das atividades neste tipo de organização, utilizando como exemplo uma cooperativa de panificadores, a Panificadora Dom José Gomes (Panidom), que recebeu acompanhamento e assessoria da ITCP-Unochapecó (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Comunitária da Região de Chapecó).

As atividades que vêm sendo desenvolvidas pela ITCP-Unochapecó junto com empreendimentos, têm como finalidade promover a inclusão em uma economia de igualitarismo. “A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais” (SINGER, 2002, p. 9). O programa ITCP-Unochapecó tem como estrutura uma

coordenação geral, docentes das áreas de Agronomia, Assistência Social, Economia, Arquitetura, Biologia, Direito, Pedagogia, Nutrição, Psicologia, técnicos Universitários e Administrativos, Bolsistas e Estagiários das mais diversas áreas do conhecimento, trabalhando o processo de incubação através do desenvolvimento de quatro etapas (FONTE):

- Pré-incubação, refere-se todas as atividades de diagnóstico, identificação das demandas, estudo da viabilidade da proposta do empreendimento para a seleção dos empreendimentos e compreensão da realidade do grupo.
- Incubação envolve a elaboração do projeto do empreendimento, desenvolvimento do trabalho de assessoria, acompanhamento, orientação e capacitações para os integrantes do grupo.
- Encerramento do processo de incubação ocorre quando o trabalho de incubação construiu um empreendimento de autonomia, onde as atividades realizadas vão sendo reduzidas até o encerramento.
- Pós-incubação, realizado após o encerramento do processo de incubação, são atividades realizadas pontualmente de avaliações e acompanhamento dos resultados.

Utilizando como método o estudo de caso, no primeiro momento, buscou-se fazer um estudo completo da viabilidade econômica do empreendimento supracitado, contudo, a precariedade nas informações e a falta de dados tornou esta análise inviável. Deste modo, optou-se por fazer uma análise mais simples, destacando a importância da economia solidária como forma de organização distinta da empresa capitalista e a análise econômica como forma de facilitar o alcance dos objetivos com transparência e cooperativismo.

Economia Solidária: conceitos e breve histórico

O desenvolvimento tecnológico e industrial, acelerado pelas ideias capitalistas de acumulação, vem à procura de mão de obra cada vez mais qualificada, aumentando os processos de competitividade entre as pessoas. Por serem avaliados por perfis, muitos indivíduos não têm a oportunidade de ser inseridos no mercado de trabalho, ampliando a exclusão social (KRAYCHETE, 2006).

O capitalismo é o modo de produção em que os meios de produção e de distribuição, assim como o

trabalho, se tornam mercadorias, apropriadas privadamente. Os meios de produção e distribuição tornam-se *capital* à medida que se concentram nas mãos duma minoria, enquanto a maioria se limita à posse de sua capacidade individual de trabalho. Esta concentração do capital, que se encontra na origem do capitalismo permite a inversão de meios automáticos de produção e distribuição [...] (SINGER, 2000, p.11)

Contra-pondo-se a esse modo de produção, com o passar dos anos, os trabalhadores vêm conquistando seus direitos, unindo-se através de sindicatos em luta pelo reconhecimento de trabalhadores esperando incluir-se no modo de produção simples, onde todos são iguais e buscam prioritariamente a sustentabilidade e não apenas o lucro. Reunindo-se em pequenos grupos, muitos trabalham para sua subsistência de forma cooperada e tentando não afetar o meio ambiente, introduzindo-se nos moldes defendidos pela denominada economia solidária.

A economia solidaria surge como um modo de produção alternativo ao capitalismo, criado [...] pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho [...] cujos os princípios organizativos são: posse coletivas dos meios de produção pelas pessoas que utilizam para produzir. (SINGER, 2000, p.13)

As crises econômicas, com forte crescimento de desemprego e do trabalho informal, favorecem a criação de empreendimentos solidários por meio de entidades que acreditam em um país justo e sustentável, gerando trabalho e renda para aqueles que não foram aceitos no mercado de trabalho capitalista.

Para Barbosa (2007), o próprio conceito de economia solidária é controverso, devido ao caráter impreciso da sua definição: por um lado, supõe segmentos diferenciados e autônomos de economia e por outro classifica a economia como solidária, atributo bastante questionável na sociedade capitalista.

De acordo com Singer (2000), uma empresa solidária não nasce para competir com os sócios, mas é sim uma criação pelos trabalhadores em luta contra o capitalismo.

O autor coloca ainda que, no Brasil, a economia solidária surge na década de 1980, mas toma impulso na segunda metade dos anos de 1990. Resulta de movimentos que reagem contra a crise de desemprego em massa, sendo que os próprios operários tomam posse das empresas falidas e reabrem a mesma, em forma de cooperativa, salvando seus postos de trabalho. As Cooperativas e associações surgem em luta contra a pobreza, fome e pela subsistência. Em todos os sentidos os empreendimentos solidários e o início de revoluções locais, mudam o relacionamento com a família, vizinho e seus próximos, pois tratam-se “de revoluções tanto no nível individual e social. A cooperativa passa a ser um modelo de

organização democrática e igualitária que contrasta com modelos hierárquicos e autoritários, como os da polícia e dos contraventores por exemplo” (SINGER, 2000, p.28).

A economia solidária se generaliza nos anos 1990, estimulada sobretudo pro entidades civis e governamentais voltadas para a geração de ocupação e renda. Chama bastante atenção que o diferencial dessas ações, neste momento, seja o formato jurídico-institucional assumido como modelo - cooperativa ou associação autogerida – e por isso, a feição solidária, bem como sua justificativa, baseiam-se na substituição estrutural ao trabalho assalariado convencional e na requalificação do universo de atividades informais de trabalho (BARBOSA, 2007, p. 89).

Alguns anos depois do surgimento das cooperativas solidárias, nascem diversas empresas autogestionárias. “No conjunto dessas instituições está a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária (Anteag). A Anteag é uma prova viva de que essa hipótese, esse desafio, essa esperança tende a se tornar verdade” (SINGER, 2000, p.65).

As defasagens educacionais dos integrantes destes empreendimentos solidários consistem em um problema muito comum neste meio e isso torna necessário o acompanhamento externo de pessoas qualificadas, que na maioria das vezes é realizado por incubadoras, sindicatos, organizações não governamentais (ONGs) e entidades religiosas.

Neste contexto, em meados de 1990, surgem as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares pertencentes às universidades, trabalhando em prol da formação e do desenvolvimento de empreendimentos solidários, como é o caso da ITCP/UNOCHAPECÓ.

A Incubadora Tecnológica de Cooperativa Populares (ITCP) da Unochapecó é um projeto de extensão permanente da Chapecó-SC que iniciou suas atividades em 2003 e tem por finalidade promover a inserção na economia formal à grupos sociais excluídos e tem como trabalho a incubação e acompanhamento autogestionário. O maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios, sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige (SINGER, 2002, p.19). A ITCP auxilia na construção de um modelo de contribuição alternativo de geração de trabalho e renda para grupos de pessoas que pertencem ao mercado informal. O objetivo do programa é utilizar os recursos humanos e o conhecimento da universidade para a formação, qualificação e construção das atividades autogestionárias.

Boa parte dos empreendimentos solidários são formados por pessoas com pouca qualificação e que vivem geralmente em lugares com precariedade. Isso ocorre, entre outros, pelo fato de o capitalismo atrair a população para os arredores das novas indústrias provocando o êxodo rural e concomitantemente o inchaço urbano. Contudo, grande parte

dessa massa de pessoas não foi absorvida pelo mercado de trabalho e foram se alocando em lugares de extrema pobreza.

Por ser política de desenvolvimento e voltar-se para um público historicamente excluído ou que progressivamente vem tendo ampliadas sua pobreza e exclusão social, a economia solidária demanda não só ações setoriais específicas, mas também ações transversais que articulem instrumentos das várias áreas do governo e do Estado (educação, saúde, meio ambiente, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, saúde, tecnologia, crédito e financiamento, entre outras), para criar um contexto efetivamente propulsor da emancipação e da sustentabilidade (PRAXEDES, 2009, p. 57).

Para Bertucci, na década de 2000, a política federal de economia solidária fortificou-se com base em um processo contínuo de construção participativa e institucionalização, no entanto, “as políticas ainda se limitam a um conjunto de ações setorizadas, restritas em sua maioria ao apoio às unidades autogestionadas” (BERTUCCI, 2010, p. 49).

No Brasil a Economia Solidária se expandiu muito a partir de entidades e programas que apoiam as cooperativas populares (MTE, 2012). Atualmente existem fóruns locais e regionais e o consolidado Fórum Brasileiro da Economia Solidária.

Conforme explicitado por Souza, no contexto atual, questiona-se sobre a natureza institucional da economia solidária. “O principal desafio da economia solidária atualmente é ter uma identidade, seja na relação com outros movimentos sociais, a exemplo da agricultura familiar, seja na definição de sua posição na estrutura do Estado brasileiro” (SOUZA, 2012, p.64).

Análise Econômico Financeira: Algumas Considerações

De acordo com Buarque (1984) o processo de produção está relacionado com as pessoas, natureza e bens e serviços, uma das características dessas atividades econômicas é o seu fluxo que se origina naturalmente. Mas para que ocorra de melhor forma é preciso planejamento e requer as variáveis econômicas que determinam suas combinações.

Como exemplo cita-se a unidade de produção. Ela é composta pelo capital, insumos e a mão de obra. Para investir em uma determinada empresa ou empreendimento, deve se ter uma noção se é viável, empregando-se assim pesquisas e estudos de projetos.

O projeto é um conjunto ordenado de antecedentes, pesquisas, suposições e conclusões, que permitem avaliar a convivência (ou não) de destinar fatores e recursos para estabelecimento de uma unidade de produção determinada (BUARQUE, 1984, p.25).

De acordo com Kraychete (1997) o estudo de viabilidade tem dois objetivos: identificar

os pontos que farão o projeto dar certo e identificar e neutralizar os fatores que dificultam a realização do projeto. O estudo de viabilidade indica as condições para que os objetivos planejados sejam alcançados e deve ser feito antes de iniciar atividade produtiva principalmente se o foco for comercializar.

Como, este estudo trata de um empreendimento concebido nos moldes da economia solidária, primeiramente deve ser feita uma reunião com todas as pessoas envolvidas no projeto como, os associados e as entidades que acompanham. Deste modo, todos os participantes do empreendimento passam a compartilhar as responsabilidades, tarefas e compromissos.

Após o encontro deve-se conhecer a atividade que será implantada, ou seja analisar-se-á a oferta e demanda do produto, a faixa etária das pessoas e a infraestrutura do local utilizado para produção e comercialização dos produtos. Algumas questões que devem ser levantadas e respondidas são:

- Quantidade que deve ser produzida;
- Tipo, quantidade e custo das matérias-primas;
- Valor que será gasto no processo de produção;
- Número de pessoas que vão trabalhar para atingir a produção necessária e função de cada um.

Ao analisar o processo de produção, e se for aprovado passamos para o próximo passo que são as questões dos investimentos. Geralmente em empreendimentos solidários os equipamentos e máquinas são doados por alguma entidade, ou então, comprados coletivamente. Todo processo produtivo incorre em custos que podem ser fixos (energia água, aluguel) ou variáveis (custo da matéria-prima), por exemplo.

Após analisar os objetivos acima, passaremos a ter conhecimento de todos os custos. Nessa etapa será determinado o total dos recursos investidos para que empresa comece a funcionar:

- Investimentos fixos;
- Capital de giro;
- Investimentos pré-operacionais.

O investimento fixo corresponde a todos os bens que vão ser usados para que atividade possa a funcionar exemplos: máquinas, móveis, utensílios e veículos. O capital de giro é o montante de recursos necessário para o funcionamento, ou seja, as matérias-primas, financiamento das vendas e o pagamento das despesas. Os investimentos pré-operacionais são os gastos realizados antes de abrir a empresa. Para obter o custo total basta adicionar os custos fixos aos custos variáveis.

Para empreendimentos já operantes, deve-se destacar a importância do registro de todo o fluxo financeiro que ocorre na organização. Desta forma, torna-se mais fácil fazer o controle de caixa, de modo que a entidade possa visualizar de maneira clara o montante disponível que poderá ser reinvestido ou então dividindo entre os associados/cooperativados, eliminando os impasses causados por desconfianças que se mostram bastante comuns neste tipo de empreendimento.

Cooper Panidom: um estudo de caso

A Cooperativa de Panificados Dom José Gomes (Cooper Panidom) é um empreendimento que foi selecionado pelo programa Permanente de Extensão Universitária a ITCP-Unochapecó. O empreendimento passou primeiramente pelo processo de pré-incubação e nesta fase foram realizadas diagnósticos e atividades de identificação e compreensão do empreendimento. Para a coleta dos dados foram realizadas visitas semanais por docentes e técnicos e bolsistas da ITCP.

A Cooperativa de Panificados Dom José Gomes de Chapecó, sob a sigla Cooper Panidom rege-se pelo seu Estatuto e pelas disposições legais em vigor. Sua sede encontra-se na Rua Albino Sá Filho, numero 1775 E, Bairro Vila Real, CEP 89806-401, Chapecó SC. A área de ação, para efeito de admissão de associados (as), abrange todo o território do município de Chapecó e região. O prazo de duração é indeterminado e exercício social compreendido no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

A ITCP-Unochapecó iniciou suas atividades no empreendimento em abril de 2012, explicando e orientado o trabalho e expondo aos associados as formas de legalizar o empreendimento. No decorrer do ano muitas atividades foram desenvolvida, entre as quais, o acompanhamento da produção das receitas pela professora e bolsista da nutrição, de modo a orientar e melhorar a qualidade do produto expandindo a demanda. Além disso, os associados foram orientados sobre a questão do estatuto e legalização da Cooperativa.

No tocante aos aspectos econômicos o trabalho consistiu em acompanhar o

desenvolvimento do grupo, na questão da análise econômica do empreendimento, auxiliando na parte financeira. No primeiro encontro fez-se um levantamento sobre a relação de equipamentos e máquinas, o tamanho do local utilizado para a produção e comercialização dos produtos e verificou-se como era feito o controle de caixa.

Observou-se que a maior parte dos equipamentos da Panidom foi doada pela Igreja Católica do Bairro (Mitra Diocesana), através de um projeto social. Geralmente, equipamentos e máquinas de empreendimentos solidários pertencem a entidades sociais, como é o caso da padaria.

Quanto à análise da demanda, pode-se perceber que o local escolhido é de fácil acesso, pois se encontra na rua principal do bairro, onde há um fluxo diário considerável de pessoas. O fato de haver anteriormente um estabelecimento com atividade semelhante no mesmo local resultou em uma pequena concentração de demanda no local. Além de consumidores locais, a panificadora possui um cliente em potencial - a Associação Chapecoense de Futebol. Observou-se também uma demanda considerável por parte dos frequentadores da Mitra Diocese e pela própria diocese que solicitava serviços para eventos realizados na mesma.

Pelo lado da oferta observou-se que não havia empreendimentos semelhantes nas proximidades. Desta forma, comparando a demanda e a oferta constatou-se que existe viabilidade do ponto de vista de mercado, pois a demanda é aparentemente maior do que a oferta.

Os fornecedores da Panidom também foram avaliados. Constatou-se que as matérias primas para a produção dos produtos são compradas em pequenos mercados, próximo ao estabelecimento. Conforme relatado por uma associada, sempre que há necessidade de algum ingrediente, a compra é feita no mercado da esquina, por ser a forma mais rápida de adquirir o produto. Resultado, não havia no cotidiano um controle nas pequenas compras, que não tinham por hábito anotar todas as compras para obter um controle correto no fluxo de caixa.

Quanto aos produtos ofertados foi verificado que os principais produtos vendidos eram macarrão, pão, mini-pizza e bolachas. As vendas dos produtos eram satisfatórias e as despesas igualavam-se praticamente as receitas, sendo que até o momento o grupo não recebia remuneração. Observou-se que o grupo tentava organizar o controle dos custos em um caderno, no entanto, a ocupação em outras atividades, ou seja o acúmulo de tarefas, acabaram provocando certo descaso no controle dos custos. Observou-se que o método de controle utilizado era bastante incipiente como mostra o Quadro 1 que apresenta a relação entre custo e receita para o mês de outubro de 2012:

Custos Fixos		Custos Variáveis	
Aluguel	800	Matéria-prima	1290
Luz	150	Gasolina/Passes lotação	120
Gás	120		
Total	1.070	Total	1.410
Custo Total Mensal	CF+CV	1.070+1.470	2480
Receita Mensal (RM)	2580		
RM-CT		2580-2480	100

Quadro 1: custos e receitas em R\$ da Pandoim em outubro de 2012.

Fonte: elaboração própria com base nos dados fornecidos pelo empreendimento.

Fazendo uma análise superficial, dado que apresentou-se apenas os montantes observados em um mês, notou-se que o aluguel representa quase 75% do custo fixo, comprometendo cerca de 31% da receita total. A partir disto foi enfatizada a contribuição do fator econômico nas dificuldades enfrentadas pelo grupo, pois pelos custos fixos apresentados, a escala de produção é muito pequena. Para viabilidade do empreendimento seria necessário reduzir os custos fixos na atual escala de produção ou no mínimo dobrar a receita ou a escala de produção.

A proposta da equipe da ITCP para o grupo foi elaborar um plano de negócios. Nosso objetivo consistiu em criar no grupo o hábito de anotar as entradas e saídas de caixa (vendas, compras, custos fixos e variáveis), para efetuar um correto controle. Buscou-se mostrar a importância de efetuar esse controle, pois, desta forma, auxiliaria na transparência dos fluxos de entrada e saída de dinheiro, o que tornaria simples a explicação deste fluxo aos associados, minimizando a desconfiança entre os mesmos. No entanto esta fase não foi concluída. O grupo passou a apresentar problemas e as visitas foram reduzidas. Posteriormente o grupo acabou se desfazendo, tornando nossa análise inconclusiva o que se mostrou o principal fator limitante para a realização deste trabalho.

Considerações Finais

Este trabalho buscou introduzir a discussão da análise econômica para empreendimentos solidários, mostrando a importância deste quesito como forma de delinear o andamento das

atividades neste tipo de entidade, utilizando como exemplo uma cooperativa de panificadores, a Panidom.

O empreendimento solidário contou com o apoio externo do programa de extensão da ITCP, que buscou capacitar os associados, tanto na parte da convivência, quanto na produtiva e na parte financeira do mesmo, amenizando dificuldades de modo a capacitá-los para a autogestão. Com uma breve análise da demanda e da oferta, observou-se que, levando em consideração apenas esses dois itens, o empreendimento tinha boas chances de ter sucesso.

A primeira dificuldade encontrada foi a precariedade das informações e dos dados, sendo praticamente inexistente o controle do fluxo de caixa. A análise dos poucos dados levantados mostrou que o grupo precisava reduzir os custos, principalmente os fixos, e aumentar as receitas.

A maioria dos associados possuía vínculo empregatício em outro estabelecimento, que constituía em outra fonte de renda e concomitantemente tornava o tempo escasso. Estes dois itens, de maneira conjunta, acabaram se tornando um entrave para o controle dos gastos o que acabou gerando, entre outros motivos, a extinção do empreendimento em menos de um ano.

Com base nisso, conclui-se que fatores como a falta de controle financeiro podem gerar problemas graves para os empreendimentos solidários. Mesmo que a finalidade principal deste tipo de organização não seja o lucro, deve-se efetuar um levantamento e análise dos dados econômicos, para que seja possível observar se o empreendimento está tendo resultados positivos, de modo a poder investir na melhoria da qualidade de trabalho dos associados.

Por fim, cabe a nós acadêmicos, trabalhar na perspectiva de elucidar as dúvidas destes grupos, e também buscar um maior reconhecimento dos mesmos, para que a economia solidária se expanda cada vez mais, pois a economia solidária não é um novo sistema econômico, mas é uma forma de vida, oferecendo novas oportunidades de trabalho e consumo de qualidade para todos.

Referências:

BARBOSA, R. N. C. **A economia solidária como política pública:** um tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. **Economia solidária, outra economia acontece:** Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social. Brasília: TEM, SENAES, FBES, 2007.

BERTUCCI, J. O. **A política de economia solidária e as diretrizes da Conaes: uma contribuição crítica.** Boletim IPEA Mercado de trabalho, nº 43, mai. 2010.

BUARQUE, Cristovam. **Avaliação econômica de projetos.** Rio de Janeiro, Campus, 1984.

Fórum Brasileiro de Economia Solidária. FBES Disponível no site: <<http://www.fb.es.org.br>> Acesso em: 08 nov. 2012.

KRAYCHETE, Gabriel. **Como fazer um estudo de viabilidade econômica.** Salvador, jun/1997.

_____ **Economia popular solidária e transformação social.** Salvador, dez/2006. Disponível: <<ftp://ftp.unilins.edu.br/jccampus>> Acesso em: 10 nov. 2012.

MTE-SENAES. **Sistema nacional de informações em economia solidária.** Disponível no site: <<http://portal.mte.gov.br>> Acesso em: 16 nov. 2012.

PRAXEDES, S. F, **Políticas Públicas de Economia Solidária: novas práticas, novas metodologias.** Boletim IPEA Mercado de trabalho, nº 39, mai. 2009.

SEBRAE, **Como elaborar um plano de negócios.** Disponível em: <http://www.mundosebrae.com.br/2008/10/plano-de-negocios-o-que-e-e-como-fazer/> Acesso em: 15 nov. 2012

SINGER, Paul. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta do desemprego .** São Paulo: Contexto, 2000.

_____ **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, A. L. Política pública de economia solidária e desenvolvimento territorial. Boletim IPEA Mercado de trabalho, nº 53, Ago. 2012.